

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP - CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA.

DATA : 27.10.95
HORÁRIO : 10:00
LOCAL : APPA - Centro Administrativo Taguaré

Sob a Presidência do Comandante Fausto Calazans de Toledo Ribas Junior, e na presença dos Conselheiros todos constantes do Livro de Presença foi realizada a 29ª Reunião Ordinária do CAP no Centro Administrativo Taguaré.

EXPEDIENTE

- a. Foram aprovadas as Atas da 28ª Reunião Ordinária e 2ª Extraordinária, por unanimidade.
- b. Posição dos Operadores: 45 Operadores Qualificados.
- c. Justificativa de Ausência: Luiz Phillippe de O. Figueiredo e Carlos Antonio Tortato.

CORRESPONDÊNCIA

1. Expedida:

- Resolução 003/95 do CAP homologando o Reajuste de 32.88% nas Tarifas dos Portos de Paranaguá e Antonina.

2. Recebida:

- Ofício nº 33/95 de 23.10.95 do Sindicato dos Vigias Portuários de Paranaguá sobre Normas de Vigilância nos navios.
- Ofício do Sindicato dos Trabalhadores na Administração e nos Serviços de capatazias dos Portos do Paraná, encaminhando seu Estatuto e informando que é uma adaptação à Lei 8630 e que tinha denominação de SINDEPAR.

- O Presidente antes de entrar na Ordem do Dia deu conhecimento de que o trabalho executado pelo GEMPO na implementação da Lei 8630 foi elogiado pelo Presidente da República, o qual reafirmou a determinação de "levar a modernização dos Portos a todos os aspectos da vida portuária dos portos brasileiros". Em seguida passou as mãos dos Conselheiros matéria referente à entrevista dada a Revista Clube Naval pelo Secretário Executivo do GEMPO.

- ORDEM DO DIA

1. Regulamento de Exploração dos Portos

- O Sr. Presidente informou que a Comissão encarregada já aprovou os capítulos X, XI, e VI faltando decidir sobre os capítulos referentes às Infrações e Penalidades e Disposições Gerais e Transitórias.

- Feito isso, ficou estabelecido que a aludida Comissão deverá fazer, a seguir, um estudo e avaliação das Normas Reguladoras das atividades do Operador Portuário.

- Depois de concluído todo o Regulamento a Comissão se reunirá para fazer uma revisão dos capítulos aprovados anteriormente do Regulamento de Exploração, conforme o que foi estabelecido pelo Conselho.

2. Informações Sobre a Reunião das "Administrações Portuárias" com o Ministério dos Transportes e posicionamento do Governo do Paraná.

- O Sr. Presidente solicitou que o Sr. Superintendente, que participou dessa reunião, que comentasse este assunto da pauta.

- O Superintendente antes de se pronunciar solicitou que fosse identificado o Bloco que pediu a inclusão dos assuntos na pauta, tendo recebido do Sr. Presidente a informação de que fora o Bloco dos Trabalhadores.

- O Conselheiro e Superintendente disse que antes da reunião em Brasília participou de uma reunião do Governo do Estado, com o Secretário dos Transportes. Depois informou que a reunião em Brasília foi extremamente objetiva. Que foram colocadas as posições de cada administração e o Consenso foi de que não poderia haver decisões de ordem geral posto que cada porto tem sua característica. No decorrer da reunião o Sr. Ministro ficou com a certeza de que deveria criar comissões a fim de analisar a situação dos portos de per si.

- A reunião foi de encontro aos pontos de vista do Governo do Paraná.

- O Superintendente informou que está solicitando ao Ministério dos Transportes que a reunião para tratar dos portos paranaenses se realize nos próximos dias 8 e 9 de novembro.

- Ao encerrar ressaltou a posição de equilíbrio e transparência do Ministério dos Transportes na condução do processo.

3. Ações e Indenizações Trabalhistas

- O Sr. Presidente informou que a inclusão deste item na pauta é uma solicitação do Bloco dos Operadores Portuários. O Sr. Presidente informou que o assunto chamou a atenção do Bloco dos Operadores face as declarações de um advogado da Procuradoria Jurídica da APPA nos jornais.

- A Conselheira Maria do Socorro observou que como não havia tomado conhecimento desse item da pauta com antecedência de 5 dias regulamentares, pediu que fosse cumprido o Regimento a fim de que os Blocos pudessem se preparar.

- O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho em aparte pediu que o Regimento Interno fosse obedecido.

- O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli lembrou que por deliberação do CAP o assunto já havia sido solicitado para constar em pauta na última reunião do CAP.

- O Superintendente da APPA aparteando disse, diante do protesto do Conselheiro Carlos Roberto Frisoli que se seguiu, que está em condições de responder as indagações do Bloco dos Operadores portuários.

- O Superintendente enfatizou que o assunto é de responsabilidade de sua administração. Que é problema do Governo do Estado que está encarando o assunto de frente. Que parte das declarações do servidor da APPA, formuladas na CPI do Porto, sob responsabilidade da Assembléia Legislativa do Estado, foi desvirtuada mas que o porto neste ano já pagou 27 milhões de reais de indenizações trabalhistas

- O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli disse que esse tipo de informação quando vai a imprensa compromete a imagem do Porto e reduz as possibilidades de investimentos no terminal.

- O Superintendente informou que tem mantido um bom relacionamento com os órgãos da imprensa mas isso não evita que matérias sejam veiculadas, e tornou a afirmar que o Problema é do Governo do Estado.

- O Conselheiro Pedrinho Furlan lembrou a penhora por parte da Justiça de parcela do Fundo de Dragagem, que tem uma finalidade específica e perguntou do Superintendente se essa verba continua comprometida, tendo o Superintendente respondido que, por mais que não apareça no Balanço do Fundo a verba já foi reposta pela APPA.

- Respondendo ao Conselheiro José Silvio Gori, o Superintendente informou que estima em cerca de 2 mil ações trabalhistas em andamento.

4. Fundo de Dragagem e Dragagem

- O Superintendente passou ao Conselho a Prestação de Contas até o mês de setembro que apresenta um saldo de R\$ 4.617.950,71.

- Com relação a Dragagem disse que estava colocando para avaliação do Conselho, a necessidade de dragagem dos berços. Em entendimentos mantidos com a empresa BOSKALIS, verificou a possibilidade de ao invés de realizar uma nova licitação para dragagem dos berços, fazer apenas um termo aditivo.

- O Superintendente disse que já conversou com a empresa holandesa que possui um equipamento especial, que afasta dos berços o material, jogando-o em local em que a draga pode operar sem comprometimentos. A utilização deste equipamento tem um custo adicional. Solicitou que se o Conselho houver por bem aprovar, vai desencadear o processo.

- O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho indagou ao Superintendente se o disponível do Fundo de Dragagem já é suficiente para atender os compromissos. Recebeu do Superintendente da APPA a resposta afirmativa. O Cap deliberou e autorizou o aditivo de 25% solicitado.

- Diante da resposta do Superintendente propôs uma redução do Fundo de Dragagem, dizendo que sua proposta não visa a extinção do Fundo e sim uma redução do índice.

- Em seguida justificou que era uma forma de contribuir para o Custo Brasil e Custo do Porto e dar um alívio aos usuários da APPA, agravados no fim do ano com os encargos com 13º Salário etc.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

- Depois de uma ampla discussão sobre o assunto os senhores Conselheiros concordaram em fixar para R\$ 0,20 (vinte centavos de real) por tonelada sobre a Tabela "A" - Utilização do Porto a constituição do Fundo de Dragagem a vigorar a partir de 1º de novembro até 31 de dezembro de 1995.

- Por proposta do Conselheiro e Superintendente o CAP estabeleceu que na reunião de dezembro do Conselho o assunto volta á pauta das discussões.

- O Sr. Presidente, durante as discussões que levaram à aprovação de redução do índice aplicado à Tabela "A" do Fundo de Dragagem, argumentou que a concorrência ganha pela BOSKALIS foi para dragar 2 milhões de metros cúbicos, mas que os estudos feitos pela Marinha demonstraram a necessidade de se dragar 1 milhão e quatrocentos mil metros cúbicos. Em razão disso indagou ao Superintendente que se a BOSKALIS não dragar os 2 milhões, estimados inicialmente, licitados vão sobrar 600 mil metros cúbicos, que poderiam ser utilizados em serviços complementares.

- O Superintendente participou que pretende dragar os berços utilizando um equipamento especial, que afasta o material para a bacia de manobra e permite ser dragado.

- Em seguida solicitou autorização para aditivar o Contrato de Dragagem e incluir o equipamento especial que permite dragar os berços pelo método que explicou.

- Acrescentou que a BOSKALIS vai dragar os 2 milhões de metros cúbicos estipulados no Contrato.

- O Conselheiro José Silvio Gori, em aparte, parabenizou a APPA pela redução do Fundo de Dragagem, dizendo das repercussões positivas que ela vai trazer ao contexto.

- Por solicitação do Superintendente foi aprovado pelo CAP, depois de deliberação, a autorização para que a APPA desencadeie todo o processo de aditivação do Contrato com a BOSKALIS e nela seja incluído um equipamento especial para permitir dragar os berços.

5. Orçamento do Porto

- Solicitado pelo Bloco dos Operadores Portuários, o presente item da pauta, deu ensejo a que o Sr. Superintendente da APPA informasse o seguinte: Foi feita uma previsão orçamentária para 95 r\$ 154.587.360,00 (cento e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta reais)

posteriormente reduzido para R\$ 100.587.360,00 (cem milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, trezentos e sessenta reais).

- Para o ano de 1996 a previsão é de R\$ 115.600.000,00 (cento e quinze milhões e seiscentos mil reais) recursos próprios, mais 42 milhões de recursos do Tesouro do Estado.

- O Sr. Presidente quis saber sobre a dotação de recursos para investimentos e foi informado que a Previsão de 1995 foi de R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais) e para o ano de 1996 R\$ 28.380.000,00 (vinte e oito milhões trezentos e oitenta mil reais).

- O Conselheiro Silvio Gori, invocando o que estabelece a lei nº 8.630, disse que o Orçamento da APPA deve passar pela avaliação do CAP, no que concordou o Superintendente José Anibal Petráglio.

6. Custo Portuário

- Ao iniciar a discussão sobre este item da pauta, o Sr. Presidente disse estar englobando o estudo de reformulação e tarifa, horário etc., e que pretende chamar outros segmentos que contribuem para compor o custo portuário.

- O Superintendente disse estar aguardando a posição dos senhores Conselheiros e que o que cabia a APPA fazer foi feito, entregando ao CAP duas alternativas para estudo, uma readequando a tarifa em vigor, outra valorando a Nova Estrutura Tarifária.

- O Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho falando a respeito disse que no Sistema FIEP foram criadas várias comissões temáticas destinadas as discussões de todas as questões que digam respeito à instituição e que entre elas figura a Comissão de Transportes e Infra-Estrutura.

- Disse que é possível, por meio delas acompanhar tudo o que acontece nos segmentos econômicos.

- Em função disso convidou o Superintendente José Anibal Petráglio para ter assento à essa Comissão e pediu que o CAP indicasse mais três representantes.

- Informou que nessa Comissão vão ser discutidos todos os assuntos de Transportes e entre eles, o Porto de Paranaguá. Da mesma forma que em São Paulo, a FIESP discute os Portos de Santos e São Sebastião. Vai ser um fórum ideal para discutir custos.

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

- Por sugestão do Presidente, o Superintendente da APPA poderia ser um dos indicados e os demais, um representante de cada bloco.

- O Conselho indicou, em seguida, Carlos Roberto Frisoli pelo Bloco dos Operadores Portuários, Maria do Perpétuo Socorro de Oliveira Macário da Cruz, pelo Bloco dos Trabalhadores e João Gilberto Cominese Freire pelo Bloco dos Usuários.

- O Sr. Presidente realçou que a indicação desses representantes coloca o CAP em mais um Fórum decisivo e importante no contexto econômico do Estado. Depois agradeceu o convite.

- Em seguida, com relação ao Custo Portuário participou que vai convidar, para participarem da próxima reunião, representantes da Praticagem e das empresas de Rebocadores e Lanchas de apoio.

- O Conselheiro Silvio Gori disse que cabe aos Operadores Portuários se aterem a Nova Estrutura Tarifária já valorada pela APPA, e que vão realizar avaliações dos dados nela contidos.

- O Conselheiro Frisoli, reportando-se ao item Custo Portuário, disse que as negociações envolvendo Rebocador, Lancha e Prático é competência do SINDAPAR, e que as decisões de preços vinham do Porto do Rio de Janeiro e que o SINDAPAR vai transferir para Paranaguá a negociação sobre aqueles preços, não mais aceitando acordos feitos fora desse âmbito.

- Declarou que o SINDAPAR não mais aceitará aumentos descabidos. A intenção é realizar em Paranaguá um Acordo Comercial entre o SINDAPAR e a Associação dos Práticos.

- A Conselheira Maria do Socorro informou ao CAP que os Trabalhadores estarão, no dia 30.10, participando em Rotterdan de um curso de "Terceiro tempo da Administração Portuária", informando que está sendo oferecido ao Porto de Paranaguá no período de 5 a 8 de fevereiro 96 um curso com temário escolhido por Paranaguá.

- Em seguida o Conselheiro José Carlos Gomes de Carvalho deu notícias sobre a duplicação da BR-116 e a internacionalização do Aeroporto de Curitiba. Disse serem vitórias do esforço paranaense na direção dessas conquistas.

- O Conselheiro Pedrinho Antonio Furlan considerou importante, para o projeto estratégico do Paraná, a criação de Comissões Temáticas no Sistema FIEP e que ele foi convidado a participar da Comissão sobre a Agro-Indústria.

- O Conselheiro Arivaldo Barbosa sugeriu a criação de uma Câmara Setorial onde todos aqueles que se utilizam do Porto de Paranaguá colocassem na mesa o seu custo. A Estiva está disposta a isso.

7. Ofício da APPA ao Presidente do CAP

- O Presidente aludindo ao ofício da APPA nº 465/95 de 16.09.95 em que eram reclamados a inserção de tópicos não debatidos e deliberados pelo CAP na reunião, demonstrou que:

a. O item nº 1 já foi julgado por deliberação e votação do CAP.

b. O item 4 que fala sobre o Presidente pronunciar-se já foi resolvido, através de deliberação do CAP, em reunião anterior.

c. O item 5 que não foi encaminhando ao CAP e sim ao Secretário Executivo do GEMPO dizia da conveniência de chamar a reunião extraordinária, uma vez que elucidada anteriormente, pois quem pede reunião extraordinária é o Bloco, ou o Presidente, de acordo com o Regimento do CAP.

d. O item 2 é questão do Estado ser um concessionário e não Cia Docas é um assunto que vem sendo estudado no Ministério dos Transportes.

e. Sobre o item 3 onde foi colocado que a APPA é o único Operador Portuário etc. e não estar participando das discussões envolvendo o assunto. No caso de Paranaguá especificamente o assunto está sendo estudado também a nível de Ministério dos Transportes.

- Tendo em vista a necessidade do Superintendente ausentar-se e viajar a Curitiba o Conselheiro e Diretor Lourenço Fregonese, seu suplente, considerou respondidos todos os itens. O assunto foi considerado encerrado por deliberação do CAP envolvendo as colocações do Superintendente da APPA.

8. Operador Portuário

- O Presidente informou ao Conselho a linha de ação do Ministério dos Transportes contidas nas normas emitidas pelo próprio Ministério dos Transportes. As administrações Portuárias sejam elas docas ou concessões estaduais serão retiradas paulatinamente de Operação.

- Participou que são medidas de longo prazo mas que serão implementadas. Com relação ao Trabalhador Portuário, disse que a

recomendação é promover estudos para realocação de Mão-de-obra própria, reciclando etc. Nenhuma medida será tomada sem estudos prévios, realizados por comissões conjuntas do MT-GEIPOT e Administrações dos Portos.

- O Sr. Presidente disse ainda a respeito dos Operadores Portuários, cuja relação na APPA registra 45 Pré-Qualificados, que a Comissão do CAP, mencionada irá elaborar as Normas Reguladoras da Atividade do Operador Portuário.

- Sr. Presidente participou que em entrevista com o Secretário de Transportes, Dr. Deni Lineu Schwartz formulou convite ao mesmo para visitar o CAP.

9. A Estratégia da APPA com relação à Carga Geral

- O Presidente por solicitação do Bloco dos Trabalhadores manifestou a preocupação a respeito da diminuição de carga geral e solicitou ao Diretor Empresarial da APPA informações sobre o Planejamento futuro da APPA sobre o assunto.

- O Conselheiro e Diretor disse que a estratégia da APPA para a carga geral está calcada em 3 itens: tercerização, Nova Estrutura Tarifária e finalmente, a construção da estrada entre Garuva e Alexandra. Com isso a APPA vai buscar alguma carga perdida a portos vizinhos.

- Acha o Conselheiro que a APPA tem condições de recuperar cerca de 400 mil toneladas. Solientou o acordo que a APPA vai manter com a Rede Ferroviária a fim de conseguir uma área de cerca de 500 mil metros quadrados para possibilitar o manuseio da carga através da iniciativa privada.

- O Sr. Presidente falou que o CAP tomou conhecimento da demolição de alguns armazéns da faixa destinados à Carga Geral. O Conselheiro e Diretor Empresarial confirmou que há um processo em andamento na APPA visando demolição de 6 armazéns.

- O assunto está sendo analisado pela Diretoria Técnica e a parte legal que tem implicações com bens do Governo Federal está sendo vista pelo Procuradoria Jurídica da APPA.

- O Conselheiro Pedro Antonio Bueno de Camargo solicitou que a APPA desse um tratamento melhor à carga frigorificada, posto que, está havendo uma evasão de cargas em Paranaguá considerável em razão dos custos. O objetivo é conseguir o retorno dessas cargas.

- O Conselheiro Frisoli disse que no contêiner e na carga geral existem problemas sérios em Paranaguá. Que Paranaguá está perdendo

bastante unidades de contêiner, especialmente para os Portos de Montevideu e Santos.

- Ele acha que muitas medidas de emergência têm de ser tomadas pela APPA, inclusive tem conversado com o Diretor Técnico a respeito.

- O Conselheiro Fregonese, diante das colocações, pediu a colaboração dos Trabalhadores para que revejam seus custos. Em aparte, o Conselheiro Camargo confirmou que 75% do custo de movimentação de cargas frigorificadas é do trabalhador avulso, o resto é dos conexos.

- O Conselheiro Gori sugeriu que as partes interessadas começassem a se reunir com a APPA a fim de encontrar soluções rápidas e que, inclusive elas possam constar do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto.

- O Diretor Técnico disse que está fazendo o possível para minimizar os problemas decorrentes da Carga Geral. Falou da ampliação do pátio que vai servir para os contêineres, e da possibilidade da demolição dos armazéns da faixa tendo em vista ganhar um espaço que vai favorecer a movimentação de cargas e de veículos na área. Sobre o TECON disse que está esperando a licitação para ver se é possível fazer alguma coisa nessa direção.

- O Sr. Presidente participou que, tendo em vista o que determina a Lei nº 8630 solicitou que a APPA, no futuro, participasse ao CAP sobre os projetos, obras etc. planejados para o Porto.

- O Conselheiro Carlos Roberto Frisoli falando a respeito da demolição dos armazéns, disse que, na operação de determinados tipos de navios realmente a faixa fica congestionada. Em seguida, observou que no horário compreendido entre às 18:30 e 19:30 horas a manobra ferroviária é feita de forma lenta e com excesso de vagões e complica fluxo do tráfego ao Porto.

- O Conselheiro Antonio Jairo Matoso, preocupado com a notícia de demolição dos armazéns da faixa, sugeriu que o assunto fosse trazido ao CAP tendo em vista o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento do Porto. Reafirmou porém, que não é contra a demolição, a priori.

- Disse, em seguida, ser de bom alvitre, os Blocos abrirem seu custo no CAP.

- O Conselheiro Lourenço Fregonese, referindo-se ao espaço para contêineres, enfatizou que o Contrato com a FIAT ensejou que o Estado aumentasse o pátio de 17 mil para 42 mil metros quadrados. Um pátio asfaltado e com boa Infra-Estrutura.

10. Centro Sul

- Falando a respeito do processo de aforamento pela Centro Sul o Diretor da APPA e Conselheiro Lourenço Fregonese leu um ofício encaminhado pela APPA à Assembléia Legislativa onde historia todos os passos dados pela administração portuária.

- Nele a APPA informa que a Centro Sul - Terminal Graneleiro mantém com a APPA contrato de arrendamento de uma área de cerca de 11 mil metros quadrados desde 1987 e que ela conseguiu o aforamento dessa área no SPU registrando em cartório.

- Que a APPA protocolou um pedido de Reconsideração da Concessão de Aforamento já que a APPA detém a posse de todas as áreas na estrutura do Porto em razão do que consta do Contrato de Concessão (Governo Federal/Estado do Paraná).

- Que esse pedido se encontra no Ministério da Fazenda em Brasília para providências e que paralelamente a APPA requereu junto ao SPU o aforamento de todas as áreas constantes do Contrato de Concessão juntando todos os documentos exigidos em lei.

- A APPA nesse pedido lembra que em 1983 já havia requerido a mesma medida.

- A APPA aguarda uma decisão administrativa através do Ministério da Fazenda para posterior manifestação ou não, na via judicial. Toda a documentação topográfica se encontra à disposição nos arquivos da APPA para análises julgadas necessárias.

- A Conselheira Maria do Socorro diante da gravidade do problema causado pela Centro Sul e das conseqüências inéditas na história do Porto de Paranaguá solicitou que o CAP se manifestasse através de correspondência ao Ministério dos Transportes, Fazenda e à Procuradoria Geral da República, sob pena de ser acusado de omissão.

- O pedido acabou gerando prolongado debate entre os Senhores Conselheiros sobre a conveniência ou não do pedido, sobre a legalidade do ato cometido pela empresa, sobre a jurisdição do Porto etc.

- Na continuidade dos debates, O Bloco dos Trabalhadores solicitou que o assunto fosse levado a votação.

- O Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos na oportunidade pediu a palavra para informar ao CAP que a sua categoria foi avisada que a Centro Sul pretende cobrar US\$ 0,10 (dez centavos de dólar) por

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

tonelada carregada dos caminhões que transitarem em sua área. Afirmou que a categoria não vai pagar.

- Corroborando o que disse o Presidente do Sindicato, o Diretor Técnico da APPA confirmou parte de suas assertivas, dizendo que nos entendimentos para passar as linhas férreas no terminal da SAGEL, como essas linhas cruzassem cerca de 20 metros do terminal da Centro Sul a empresa manifestou-se dizendo que concordaria, mas cobraria US\$ 0,10 (dez centavos de dólar) por tonelada movimentada.

- Diante de todas as colocações o Conselho decidiu enviar convite a Centro Sul, para vir ao CAP prestar informações. A partir de sua aquiescência o CAP convocaria uma reunião extraordinária. Em caso negativo o CAP se manifestaria, ao Ministério dos Transportes participando o encaminhamento do convite à empresa.

- Antes de encerrar, o Sr. Presidente alertou que as reuniões do CAP começarão impreterivelmente às 10:00 horas e que informaria sobre a reunião extraordinária, caso haja concordância da empresa em comparecer ao CAP.

- O Presidente, em nome do CAP, transmitiu ao Sr. Superintendente da APPA, os cumprimentos pela passagem de sua data natalícia, no próximo dia 30 outubro, antes de sua saída do Conselho.

- Ficou estabelecido dia 24 de novembro para realização da próxima reunião ordinária do Conselho, tendo já como pauta da mesma o Custo Portuário.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião agradecendo a presença dos Srs. Conselheiros, tendo Ivany Marés da Costa redigido a presente ATA que depois de lida e aprovada vai assinada por mim e pelos Conselheiros abaixo,

Ivany Marés da Costa
Fausto Calazans de Toledo Ribas Junior
José Anibal Petráglio
Lourenço Fregonese
Luiz Ivan de Vasconcellos
Nilson Viana
José Silvio Gori
Milton João Machiavelli
Carlos Roberto Frisoli
Arivaldo Barbosa José
Antonio Jairo Matozo
Carlos de Oliveira da Velha Filho
Pedrinho Furlan
Julio Monteiro de Souza

CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA

José Luiz Boabaid
João Gilberto Cominese Freire
Wilson Moraes da Silva
Maria do Perpétuo Socorro de O. M. da Cruz
Vilmar da Cruz
Augusto Cezar Tavares Baião
José Carlos Gomes Carvalho
Edgard Wehmuth Ragonha
José Roberto Almeida Correia
Pedro Antonio Bueno de Camargo
Clovis de Mello